

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 101.773 - PR (2018/0203809-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOAO VENDRAMIM JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : ALEXANDRE GASOTO E OUTRO(S) - MS012146
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOÃO VENDRAMIM JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Habeas Corpus n. 0005618-75.2018.8.16.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática do crime de extorsão. Vigorava em desfavor do recorrente medida protetiva de afastamento, que o impedia de manter contato com a vítima dos fatos, sua genitora. "Em razão de novas declarações prestadas pela suposta ofendida, em janeiro de 2018, junto à Promotoria de Justiça da Comarca, sua prisão preventiva foi decretada, sob o fundamento de terem sido perpetradas, na vigência da medida, ameaças com o intuito de obtenção de valores em dinheiro" (e-STJ fls. 215/216).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 205):

HABEAS CORPUS. EXTORSÃO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DA LEI 11.340/06. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO 312, PARÁGRAFO ÚNICO, EM SUA COMBINAÇÃO COM O ART. 282, §4º, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONTATO COM A VÍTIMA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE PERMITAM INFIRMAR A PALAVRA DA OFENDIDA. DEMAIS QUESTÕES QUE TANGENCIAM O MÉRITO DAS IMPUTAÇÕES FORMULADAS CONTRA O PACIENTE E NÃO COMPORTAM ANÁLISE NA SEARA ESTRITA DO HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA.

No presente recurso ordinário, o recorrente assere que, "embora as narrativas de sua mãe relatem que o mesmo esteja ameaçando, ou tentando extorquir sua mãe, tal fato não condiz com a realidade. De fato o que ocorre é que Salete, que é mãe do recorrente, deve determinada quantia para o recorrente e pretendia não pagar. Prova do alegado é que o recorrente ingressou com ação de execução contra Salete. Como forma

de coagir o recorrente a não ingressar com a execução e cobrança dos títulos, alegou que estava sendo ameaçada e que o recorrente estava ligando para ela, sendo a prisão decretada em um único depoimento sem nenhuma prova comprovatória do alegado" (e-STJ fl. 237).

Diante disso, pleiteia a revogação do decreto de custódia preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura, para que o recorrente responda solto ao processo.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 81/82).

Informações prestadas (e-STJ fls. 86/88).

Parecer ministerial pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 100/103).

Informações atualizadas prestadas (e-STJ fls. 389/392 e 396/407).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranavaí/PR, o ora recorrente foi sentenciado em 13/12/2018 ao cumprimento da pena de 1 mês e 15 dias de detenção, a ser cumprida em regime inicial aberto, como incurso no art. 147, *caput*, do Código Penal, c/c os arts. 5º e 7º, ambos da Lei n. 11.340/2006.

Dessarte, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator